

Grupos Mulheres da Terra: abordagem fundamentada no ecofeminismo e na alfabetização ecológica

Naia Oliveira*

Introdução

Este artigo pretende realizar o relato da experiência com os grupos Mulheres da Terra, no Assentamento Projeto Viamão, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em função da baixa participação das mulheres nas discussões que envolviam as decisões para a elaboração do plano de desenvolvimento sustentável do Assentamento e considerando a necessidade de preservação do ecossistema local, desenvolvemos um projeto de pesquisa-ação, no período jul./02-jun./03, cujo objetivo foi contribuir para a ampliação da consciência socioambiental.

A organização de grupos de mulheres foi considerada uma ação prioritária, tanto pelo envolvimento destas com o cuidado da natureza quanto pela sua capacidade de intervirem na vida familiar. Na medida em que as mulheres estão diretamente vinculadas aos cuidados dos membros da família, desde a alimentação até a higiene, observamos que apresentam uma maior facilidade no reconhecimento da relação meio ambiente/ saúde, o que acarreta, conseqüentemente, maior sensibilidade para a causa ambiental. Além disso, exercem a função de educadoras dos filhos e de conselheiras dos companheiros, possibilitando difundir os princípios ecológicos na família.

A noção do ecofeminismo e a metodologia da alfabetização ecológica, desenvolvidas por Françoise d'Aubonne e Fritjof Capra, respectivamente, foram os eixos condutores, pois nosso foco reunia a questão de gênero e a ambiental numa perspectiva de formação. Essa formação buscava apresentar subsídios para uma relação harmônica entre a melhoria das condições de vida e a preservação dos recursos naturais, aumentar o espaço de participação das mulheres na comunidade e também desenvolver uma atividade laboral com a possibilidade de geração de renda através do reaproveitamento de materiais, como retalhos de tecido, garrafas PET e jornais, na confecção de produtos artesanais.

Esse assentamento, o maior do Estado do Rio Grande do Sul, foi implantado em 1998, na Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, instalando 376 famílias em 9.506 hectares, distribuídas em quatro setores (A, B, C e D), variando o tamanho da área e o número de habitantes.

Parte da área, aproximadamente 2.543 hectares, a partir de 25 de abril de 2002, por decreto estadual, passou a corresponder à unidade de conservação Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, onde encontramos as principais nascentes do Rio Gravataí, alta diversidade de fauna e de flora e a última população do cervo-do-pantanal no Estado. Isso faz com que esse assentamento seja classificado como comunidade de entorno de uma unidade de conservação, regido por legislação própria, promulgada a partir do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Dessa forma, diferencia-se dos demais assentamentos da Reforma Agrária, pois, nessa área, a atenção às questões ambientais é imperiosa.

* Socióloga da FEE e Consultora da Fundação Gaia.

O contexto dos grupos Mulheres da Terra

A implantação do Assentamento Projeto Viamão, nomeado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Filhos de Sepé, previa uma série de cuidados com o meio ambiente, que ficaram explicitados no contrato assinado pelos assentados e pelo INCRA, incluindo, dentre outros, o de proibição do corte de vegetação em lugares definidos, da caça e da pesca (com exceção à pesca de linha, permitida somente aos assentados), do uso de fogo ou de queimadas, do uso não autorizado ou do desperdício de água e do uso de agrotóxicos sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

Sem esses cuidados, os núcleos populacionais implantados podem colocar em risco toda a riqueza natural, considerando-se a fragilidade do sistema do banhado e a aplicação de técnicas convencionais para a produção agrícola.

No entanto, é insuficiente a assistência técnica, principalmente na área da produção, para a busca de alternativas ao uso de técnicas convencionais impactantes ao meio ambiente, como a utilização de agrotóxicos e a prática de queimadas.

As condições de vida são precárias, as famílias que vivem nesse local continuam enfrentando problemas sérios na área do saneamento básico, tanto na destinação dos resíduos sólidos como dos líquidos, já tendo havido casos de leptospirose e de hepatite. Os mais freqüentes são os problemas de pele e as verminoses.

Sendo assim, observamos a necessidade de um acompanhamento efetivo dos órgãos governamentais responsáveis e do MST, para desenvolver uma ação educativa ambiental ampla e organizada, atingindo toda a comunidade, para elaborar e implantar o plano de desenvolvimento do assentamento, plano este que deverá ser fundamentado nos princípios da sustentabilidade, ou seja, envolver práticas que permitam integrar o atendimento das necessidades dos indivíduos no contexto da sua reprodução e a conservação dos recursos naturais, de forma a preservar os processos cíclicos da natureza, que garantem a vida.

O segmento populacional das assentadas apresentava uma baixa participação nas reuniões gerais da comunidade, com o agravante de que as poucas participantes quase nunca expressavam suas opiniões (Oliveira, 2002).¹ Constatamos uma grande apatia e desinteresse pela vida comunitária, o que reforçava a necessidade de ser empreendido um processo educativo, onde os primeiros passos envolvessem uma abordagem de cunho pessoal para trabalhar o resgate da auto-estima e colaborar na construção da identidade, no cotidiano de uma população que carece desenvolver-se nos âmbitos político, econômico, social e ambiental.

Para aprofundar a compreensão desse cenário, buscamos desenvolver as características gerais da situação das mulheres do campo no Rio Grande do Sul, focando as participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com referência no livro **O Empoderamento da Mulher**, de Deere e Leon (2002), que apresenta uma abordagem sobre os direitos à terra e os direitos de propriedade na América Latina.

Essa exaustiva pesquisa defende a idéia de que a política das reformas agrárias se centra no oferecimento de benefícios aos homens, entendendo que estes seriam automaticamente estendidos às famílias. Legalmente, os homens eram os responsáveis pela família e deveriam administrar a propriedade. Tal situação reforça uma divisão de trabalho, que distingue o homem como o agricultor e a mulher como a ajudante, desconhecendo, inclusive, o tempo usado pelas mulheres no cumprimento das tarefas dedicadas à agricultura.

Foi constatado que tanto os planos governamentais quanto os movimentos rurais ignoram que as mulheres podem participar, buscando direitos conjuntos ou individuais à terra. Como consequência, temos um aprofundamento da discriminação de gênero, um padrão de comportamento da própria mulher, fundamentado numa visão negativa de seus direitos e capacidades. Esse quadro coloca a exigência de a mulher mudar, e o encorajamento para essas mudanças exige ações de agentes externos.

¹ Informações do **Diagnóstico com Indicadores de Sustentabilidade**, realizado para subsidiar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento. A questão dizia respeito à igualdade de direitos entre homens e mulheres, com os seguintes indicadores: percentual de participação das mulheres nas reuniões dos núcleos do Assentamento e percentual de mulheres que expressam suas opiniões.

Fotografia 1



O empoderamento da mulher não está somente relacionado à questão da cidadania. Conforme o trabalho citado acima, “(...) estudos detalhados dos padrões de gastos de homens e mulheres na região indicam que a renda controlada pela mulher tem maior probabilidade de melhorar as condições da família e a sua nutrição” (Deere; Leon, 2002, p. 43).

Dados os motivos arrolados acima, a Organização das Nações Unidas relaciona a igualdade de gênero com a erradicação da pobreza, apontando a importância de empoderar a mulher através da garantia do direito e do acesso à terra, ao crédito e às oportunidades de empregos iguais.

Observamos a urgência de uma transformação do acesso da mulher ao poder e aos bens materiais. Trata-se da viabilização de um processo de empoderamento. Essa noção traduz a situação de

“(...) pessoas obtendo poder sobre as próprias vidas e definindo o próprio planejamento; é geralmente associado aos interesses dos desprovidos de poder, e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada, sem especificações de o que esta mudança implica” (Deere; Leon, 2002, p. 53).

O empoderamento das mulheres é um processo que exige indução, no primeiro momento, com a preocupação de ampliar a consciência em direção à discriminação de gênero. Não é um processo simples, com uma previsão de definição igualitária para todas as que participam, carrega as características de cada pessoa ou grupo, respeitando as histórias de vida, e ocorre de acordo com a posição de dominação nos diversos contextos (pessoal, familiar, comunitário e outros).

Com respeito à questão ambiental, detectamos que a maioria das mulheres dos grupos reconhecia a necessidade da preservação da natureza e da relação da saúde com a qualidade do meio ambiente, porém prevalecia uma apatia para implantar ações efetivas, já que não havia estímulo e nem apoio externo.

Na fase de acampamento, que antecede à de assentamento, os participantes do MST recebem, no contexto da formação política, orientações sobre desenvolvimento rural, guiadas pelos princípios da sustentabilidade.

O **Programa de Reforma Agrária do MST** (1995) contempla a garantia de uma produção agropecuária voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores, bem como para o desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, como um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1995).

No entanto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem enfrentado dificuldades na concretização desses objetivos, principalmente no que diz respeito à organização dos assentamentos, pois se defronta com problemas ambientais, como destino inadequado do lixo, falta de saneamento básico, contaminação das águas, queimadas, desmatamentos e caça predatória. Podemos apontar também problemas sociais e econômicos, como dificuldades de organização coletiva, de participação igualitária da mulher, de elevação da qualidade de vida e de desenvolvimento da produção agropecuária e, ainda, uma assistência técnica pouco efetiva.

Os pressupostos teóricos da pesquisa-ação

As noções do ecofeminismo e a metodologia da alfabetização ecológica, apresentando-se como eixos condutores da abordagem, permitiram-nos trabalhar desde o resgate da auto-estima até a construção de identidade e, nosso foco principal, a ampliação da consciência socioambiental, na qual as mulheres, redefinindo seu papel na comunidade, buscavam encontrar seu espaço de forma participativa e em igualdade com os homens.

O ecofeminismo propõe que a luta pelos direitos da mulher não seja separada da luta pela reparação dos ecossistemas que sustentam a vida. Seu postulado principal é que todas as questões de dominação estão interconectadas; portanto, para compreender como se deram a opressão das mulheres e a depredação dos recursos naturais, precisamos dirigir o nosso olhar às relações entre os vários sistemas nos quais o poder está construído.

Dentro do movimento feminista, o ecofeminismo constitui-se na sua terceira onda. A primeira tratou dos direitos básicos, como, por exemplo, o direito de as mulheres elegerem e serem eleitas. A segunda onda, exemplificada no pensamento de Simone de Beauvoir, trouxe a questão cultural, explícita no *slogan* “As mulheres não são mulheres, são feitas mulheres”.

O ecofeminismo, ao reunir cultura e natureza, permite às mulheres, nesse caso, às mulheres assentadas, valorizar sua identidade, construindo uma nova inserção na sociedade, resgatando o valor do seu trabalho, bem como respeitando e preservando as manifestações de vida.

Acreditamos que as mulheres e a natureza são simultaneamente subordinadas de uma forma histórica e cultural. Não encontramos aporte teórico para responder sobre uma ligação especial existente entre a mulher e a natureza. Por um lado, o corpo da mulher é visto no contexto de uma construção cultural de subordinação, e, por outro, a associação das mulheres com a natureza pode ser encarada como um recurso de poder, um estímulo para a mobilização. É importante salientar que encontramos críticas a essa relação por parte de alguns grupos feministas, que acreditam que isso pode se constituir em uma demanda para a passividade, voltada exclusivamente para o servir.

O pensamento que vincula a mulher com a natureza e o homem com a cultura nos parece equivocado; na verdade, trata-se da caracterização da essência do feminino, que é vista como a expressão de sentimentos,

humores, intuições, faculdade de sentir a natureza, e da essência do masculino, que é relacionada com força dirigida, vontade, ato, sentido, conhecimento e julgamento. Porém essas manifestações, de acordo com a Psicologia Analítica de Carl Jung, podem estar presentes, indiferentemente, nos comportamentos dos homens e das mulheres.

A realidade da mulher está perpassada pelas relações de classe, etnia, nacionalidade e preferência sexual, num contexto de múltiplas dimensões, que deve incluir também as características da psique das mulheres.

Uma visão economicista da relação mulher/meio ambiente coloca a questão na divisão sexual do trabalho, que vê as mulheres com a função de gestoras dos recursos naturais, como resultado da evolução histórica do patriarcado, que designa aos homens o papel da produção econômica e às mulheres as tarefas de menor valor, ligadas à reprodução econômica. Já a abordagem cultural entende essa relação como de “reciprocidade, simbiose, harmonia, mutualidade e inter-relação”, devido à dependência próxima da natureza no atendimento das necessidades de subsistência (Braidotti et al., 1994).

O argumento até então mais procedente é que não cabe idealizar a ligação da mulher com o meio ambiente, mas desconstruir a estrutura de poder que subordina as mulheres e destrói a natureza. É assumindo-se como cidadãs que poderão combater a dupla subordinação, não tanto na igualdade com a natureza, mas respondendo pelas suas próprias vidas e pela preservação do meio ambiente. Portanto, é necessária a ampliação da sua consciência para que elas se empenhem em lutar contra a subordinação da natureza, das suas iguais e de si mesmas.

Os seguidores da ecologia profunda, da ecologia social e do ecofeminismo apregoam uma ideologia baseada em relações eqüitativas entre os humanos — mulheres e homens — e entre os humanos e a natureza.

Já a metodologia da alfabetização ecológica guarda os princípios ecológicos que precisamos compreender e com os quais precisamos viver em conformidade para garantir a vida das gerações futuras de todos os seres vivos. Trata-se de aprender lições que as comunidades sustentáveis de plantas, de animais e de microorganismos nos oferecem e aplicá-las no cotidiano das comunidades humanas.

A dinâmica dos grupos Mulheres da Terra permite a vivência dos princípios ecológicos, inclusive na resolução dos seus conflitos. A atividade artesanal desenvolvida insere-se no sistema de realimentação e natureza cíclica, reaproveitando material que seria “lixo”. Os grupos, através do trabalho de transformação, recolocam esse material no ciclo, distinguindo-se da economia convencional, que desenvolve o sistema linear, onde as atividades extraem recursos, transformando-os em produtos e resíduos, vendendo os produtos a consumidores, que descartam ainda mais resíduos depois de terem consumido os produtos.

A natureza cíclica dos processos ecológicos é um importante princípio da ecologia. Os laços de realimentação dos ecossistemas são as vias pelas quais os nutrientes são continuamente reciclados. Sendo sistemas abertos, todos os organismos de um ecossistema produzem resíduos, mas o que é resíduo para uma espécie é alimento para outra, de modo que o ecossistema como um todo permanece livre de resíduos. As comunidades de organismos têm evoluído dessa maneira ao longo de bilhões de anos, usando e reciclando continuamente as mesmas moléculas de minerais, de água e de ar.

Outra lição é o princípio da interdependência, ou seja, da dependência mútua de todos os processos vitais dos organismos. O comportamento de cada membro vivo do ecossistema depende do de muitos outros. Traduzindo para a vivência das comunidades humanas, vemos que todos os membros estão interligados numa intrincada rede de relações. O comportamento de um membro da comunidade depende do comportamento de todos os demais integrantes. O sucesso da comunidade toda depende do sucesso de cada um de seus participantes, e, assim, em uma relação recíproca, o sucesso de cada um desses membros depende do sucesso da comunidade.

Compreender a interdependência de cada um dos membros significa que as relações entre os participantes dessa comunidade não são lineares, pois há múltiplos laços de realimentação.

A parceria é um princípio fundamental dos ecossistemas, onde os intercâmbios cíclicos de energia e de recursos ganham sustentação na cooperação e na coevolução. Os sistemas vivos apresentam a formação de

associações, de ligações, a capacidade de viver dentro de outro organismo e cooperar, garantindo a vida. Aqui, as comunidades humanas, para desenvolver a parceria, devem buscar a democracia e o poder pessoal. Quando uma parceria se processa, cada parceiro passa a entender melhor as necessidades dos demais membros, estabelecendo vínculos de confiança, e todos os parceiros aprendem e mudam e, dessa forma, evoluem juntos.

É importante ressaltarmos a necessidade de uma mudança nos padrões que estruturam nossa sociedade: onde a economia prega a competição, a expansão e a dominação, a ecologia propõe a cooperação, a conservação e a parceria.

Outro desafio é sobreviver a perturbações e a situações mutáveis. Nesse caso, os ecossistemas utilizam os princípios da flexibilidade e da diversidade. A flexibilidade de um sistema vivo fundamenta-se nos seus múltiplos laços de realimentação, que tendem a levar o sistema de volta ao equilíbrio sempre que houver um desvio em relação à norma, devido a condições ambientais mutáveis, levando a um processo de transformação contínua.

A falta de flexibilidade manifesta-se como tensão. O que ocorre é o seguinte: haverá tensão quando uma ou mais variáveis do sistema forem empurradas até seus valores extremos, o que induzirá a uma rigidez intensificada em todo o sistema. A tensão temporária é um aspecto essencial da vida, porém a tensão prolongada é nociva e destrutiva para o sistema. O princípio da flexibilidade sugere uma estratégia que pode corresponder à utilização do processo de resolução de conflitos nas comunidades humanas; assim, os conflitos considerados em equilíbrio dinâmico, em vez de serem resolvidos por meio de decisões rígidas, traz o conhecimento de que ambos os lados de um conflito são importantes. Dependendo do contexto e das contradições no âmbito de uma comunidade, eles podem ser sinais de sua diversidade e de sua vitalidade e, desse modo, contribuir para a sua subsistência.

Nos ecossistemas, a função da diversidade aparece na rede do sistema: quanto mais rico for seu padrão de interconexões, mais elástica ela será. A complexidade da rede é uma consequência da sua biodiversidade. Um ecossistema diversificado contém muitas espécies com funções ecológicas sobrepostas, que podem, parcialmente, substituir umas às outras, em caso de perturbações sérias. Quando um elo da rede for quebrado, outros elos podem, pelo menos em parte, preencher a função da espécie destruída.

A diversidade étnica e cultural nas comunidades humanas pode ter o mesmo significado, ou seja, apresentar relações diferentes, abordagens diferentes do mesmo problema, ampliando a capacidade de adaptação a situações mutáveis. Porém a comunidade deve estar ciente da interdependência de seus membros, para a diversidade enriquecê-la como um todo, bem como a cada um de seus membros. Assim, as informações e as idéias fluem por toda a rede, bem como a diversidade de interpretações e de estilos de aprendizagem.

O conhecimento e a aplicação desses princípios básicos de ecologia, conforme Fritjof Capra (1999), constituem-se na alfabetização ecológica, e o estilo de vida em conformidade com eles permitirá a sobrevivência da humanidade.

A dinâmica e as atividades dos grupos Mulheres da Terra

As atividades previstas no projeto contemplavam quatro diferentes grupos de mulheres, um em cada setor do Assentamento, com a presença, em média, de 12 mulheres por grupo. Os encontros eram semanais: no período da pesquisa, foram desenvolvidas nove reuniões nos Setores A e B; 11, no Setor C; e oito, no Setor D, de quatro horas cada uma. Tivemos também eventos extraordinários em diferentes locais,² com o objetivo

² Os eventos extraordinários foram: Oficina sobre Ecofeminismo — Celebrando a Mulher e a Natureza, em 08.11.02, sob a coordenação de May East; Recycle Show da FIERGS, em novembro de 2002, com exposição para venda; Feira Ecológica de Viamão, nas últimas sextas-feiras do mês de novembro de 2002 até maio de 2003, com exposição para venda; Exposição

de reforçar o trabalho de ampliação da consciência social e ambiental, bem como de expor o material para venda.

A primeira fase do projeto previu um levantamento preliminar sobre as necessidades e as expectativas das próprias mulheres para o trabalho específico dos grupos. Dessa forma, foram apontados temas como cuidados com lixo, esgoto, água, alimentação, higiene corporal, planejamento familiar, plantas medicinais, técnicas de relaxamento, práticas de terapias alternativas e a expectativa de desenvolver uma atividade que trouxesse remuneração.

As reuniões seguiam uma dinâmica que apresentava três etapas: momento de abertura, acolhimento e sensibilização, que incluía conteúdos teóricos e práticos, jogos pedagógicos e vivências; manufatura dos produtos artesanais, orientada por oficinas, que, através de trabalho voluntário, ensinavam às mulheres assentadas; e a etapa final era reservada à partilha, juntamente com a avaliação do encontro.

O primeiro momento era dedicado a promover a integração do grupo, através de dança, canto e de jogos cooperativos. Também aprofundávamos questões que incluíam o que é ecologia e seus níveis, pois, com esse foco, tratamos desde o cuidado com a saúde pessoal e da família até questões de saneamento básico, demonstrando a relação da saúde com o meio ambiente.

Os princípios ecológicos, a reciclagem, a interdependência, a parceria, a cooperação, a flexibilidade e a diversidade foram percebidos como itens fundamentais vividos nos grupos, enquanto modelos a serem seguidos na constituição de uma comunidade saudável e em harmonia com o meio ambiente.

Nossa abordagem tratou também da importância dos grupos de mulheres no Assentamento e da sua relação com a natureza. Sob esse enfoque, averiguávamos se elas tinham a percepção de algum vínculo com as manifestações naturais, tais como fases da lua, mudança das estações, para o cumprimento de suas atividades rotineiras, e do processo de dominação das mulheres e da natureza dentro de uma mesma estrutura de poder.

Foi dada ênfase à implementação de atividades artesanais que reaproveitassem retalhos de tecidos, jornais, garrafas PET, com a intenção de promover uma alternativa de geração de renda. Para tanto, convidamos professoras de artesanato que se dispuseram a ensinar as assentadas, através de trabalho voluntário. É importante ressaltarmos que essa atividade se insere no processo de reciclagem, constituindo-se numa demonstração de um dos princípios básicos que fazem parte da alfabetização ecológica.

No encerramento dos encontros, buscávamos estimular a participação de todas as mulheres para uma avaliação da atividade, no sentido de realimentarmos as ações da nossa metodologia.

A concepção do mundo do trabalho

As mulheres assentadas, nos primeiros encontros dos grupos, reivindicaram a realização de atividades laborais que proporcionassem algum retorno financeiro. Sendo assim, empreendemos o trabalho de reaproveitamento de material para a confecção de produtos artesanais e para a sua comercialização.

A confecção dos produtos respondia à expectativa de obtenção de remuneração e atendia aos princípios ecológicos, já que acontecia na perspectiva do reaproveitamento de material residual, recolhido em pequenas indústrias de confecções, instituições públicas e casas de família.

Parque Farroupilha, junto ao Forunzinho — Núcleo de Apoio à Infância e à Adolescência, em 15.12.02, com exposição para venda; III Fórum Social Mundial, de 24 a 27 de janeiro de 2003, com oficinas para apresentação do trabalho e exposição para venda; Oficina de Mosaico, enfocando os Quatro Elementos, em 08.02.03, sob a coordenação da autora, para dar acabamento no piso da sala de educação ambiental da sede da unidade de conservação Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos; Feira de Economia Solidária na Usina do Gasômetro, de 23 a 25 de maio de 2003, em Porto Alegre, com exposição para venda; Comemoração da Semana do Meio Ambiente, em Águas Claras, Viamão, em 07.06.03, com exposição para venda.

Fotografia 2



O primeiro passo foi oferecer a capacitação para as assentadas. Isso foi possível através do trabalho voluntário de duas artesãs.

Com o objetivo de efetivar a comercialização, foram estabelecidos contatos com feiras ecológicas da região, eventos dos movimentos sociais e ambientais e também com a Banca 13, do Mercado Público de Porto Alegre, para expor os produtos para a venda.

Para obtermos um dimensionamento do valor aproximado do que foi produzido de artesanato pelas mulheres nos quatro grupos, computamos o ingresso de mercadorias na Banca 13, que é de responsabilidade do MST, sendo este de R\$ 700,00. O material era constituído de bolsas, tapetes e guardanapos de retalhos de tecidos em forma de “fuxicos”³, cestas de garrafa PET e revisteiras, porta-lápis, castiçais e suportes de painéis de jornais. Não incluímos aí o ingresso dos demais pontos de venda, pois estes eram eventuais, porém geravam uma renda maior.

Conforme Lícia Perez,

“(…) um dos temas mais relevantes da agenda do movimento de mulheres é o mundo do trabalho, e não poderia ser diferente, uma vez que qualquer projeto de emancipação sucumbe face à dependência financeira. Assim, a capacidade de prover seu próprio sustento é a base para o efetivo exercício da liberdade” (Perez, 2001, p. 51).

³ É o nome regional para um trabalho artesanal em retalhos de tecidos franzidos em forma de pequenas flores.

Essa situação vivida pelos grupos Mulheres da Terra reforça a importância da questão do trabalho remunerado no processo de emancipação das mulheres, ainda mais numa população rural onde elas não são vistas como trabalhadoras, mas, sim, como auxiliares das atividades dos maridos, mesmo que, em certas situações, participem de todas as tarefas do campo.

Essas mulheres, em geral, envolviam-se com as tarefas domésticas, que não eram consideradas trabalho, pois somente eram assim identificadas as atividades relacionadas diretamente com a produção econômica. Não havia o entendimento, por parte das assentadas, da participação indireta, ou seja, o reconhecimento da inserção indireta das atividades femininas na produção econômica. Isso contribuía para a falta de valorização do papel das mulheres na comunidade assentada.

O fato de o Assentamento localizar-se na Região Metropolitana de Porto Alegre facilitava que algumas mulheres buscassem, no emprego em casas de família, alguma remuneração. Esse fato era considerado um desvio dos princípios da Reforma Agrária, pois, dessa forma, as mulheres perdem a dimensão participativa no Assentamento e a identidade de mulheres do campo.

Uma situação importante, como informação do nível de empoderamento dessas mulheres assentadas, é o acesso à terra. Para tanto, buscamos conhecer, junto ao cadastro dos beneficiários realizado pelo INCRA, o número de mulheres beneficiárias. Do total de 376 cadastros, 52 são mulheres; ou seja, da população total do Assentamento, 13,83% correspondem a mulheres que detêm a concessão de uso do lote para futura titulação. Esse quadro reforça uma divisão de trabalho, onde a grande maioria das mulheres é vista como ajudante dos homens, acentuando a discriminação de gênero e alimentando a baixa estima das assentadas.

É importante salientar que a pesquisa, no âmbito do trabalho remunerado desenvolvido pelos grupos Mulheres da Terra, obteve sucesso ao conectar uma atividade econômica aos princípios ecológicos e à mudança na forma de inserção dessas mulheres na comunidade assentada. Elas passaram a desempenhar uma ação mais efetiva nas decisões sobre os rumos da comunidade, inclusive intermediando conflitos sérios, como foi a definição do plano de irrigação da lavoura de arroz de 2003 para os diferentes grupos das famílias assentadas. A participação feminina no processo de planejamento do assentamento, que era débil, foi fortalecida, pois houve reconhecimento do papel das mulheres, principalmente pelo trabalho que permitiu um ganho financeiro, e este se somou com o da produção dos companheiros para o sustento da família.



Considerações finais

Nesta pesquisa-ação, enfrentamos o desafio de lidar com um novo referencial, em que a sua contribuição é mais no nível de experiências pontuais, exigindo uma reflexão teórica mais consistente. A aplicação dessa abordagem requer que cada participante venha a constituir-se em agente de transformação; para tanto, é necessário que haja ampla participação no processo tanto por parte dos pesquisadores e dos grupos de mulheres quanto pelo reconhecimento e pelo apoio ao trabalho pela comunidade em geral.

Com respeito à comunidade, observamos uma relação tensa frente às deliberações de preservação do meio ambiente. Trata-se do descumprimento com o que foi acordado em contrato entre os assentados e o INCRA, principalmente no que se refere ao uso de técnicas convencionais para a produção agrícola, que inclui queimadas, agrotóxicos e uso inadequado da água, situação que se agravou dados os arrendamentos para o plantio de arroz.

Esse quadro de irregularidades é preocupante, exigindo de todos os órgãos envolvidos na viabilização desse assentamento uma atenção especial, com a finalidade de definir uma reorientação para padrões de desenvolvimento sustentável, bem como exige das instituições ambientais uma ação imediata para garantir a preservação dos recursos naturais.

É importante destacar, no contexto das atividades de preservação, a necessidade do estreitamento das relações institucionais, concretizadas pelos técnicos de diferentes órgãos estatais, das universidades, das ONGs e da comunidade dos assentados na busca de um desenvolvimento fundamentado na sustentabilidade, na participação e no exercício da cidadania de todos os atores parceiros.

Nossa ação nos grupos de mulheres trazia a questão da cidadania, pois buscava combater a exclusão social, trabalhando na perspectiva da melhoria das condições de vida das pessoas, paralelamente à da preservação ambiental.

No período do desenvolvimento da pesquisa, constatamos um crescente envolvimento das mulheres na questão ambiental do Assentamento. Este se concretizava na participação cada vez mais numerosa das mulheres na campanha de separação do lixo e no interesse de instalar nas suas casas fossas orgânicas. Percebíamos que elas tinham consciência da relação meio ambiente/saúde e, inclusive, vivenciavam problemas ligados diretamente com a qualidade da área de entorno, como a leptospirose e o envenenamento pelos produtos químicos utilizados na produção agrícola.

Quanto ao assunto da existência da unidade de conservação, apresentavam pouco conhecimento. A maioria posicionava-se de acordo com os companheiros que a sentiam como uma perda na área de produção, porém algumas se colocavam favoráveis, lembrando que tinham assinado um “termo de compromisso” e que “(...) mesmo sem ter assinado respeitariam igual”. Poucas mulheres relatavam nunca terem usado agrotóxico no cultivo agrícola, porque sabiam quanto prejudicava a terra, uma delas, inclusive, fez uma analogia com xarope para a gripe “(...) o xarope alivia a gripe, mas não salva o corpo”. Reconheciam que o produto químico ajuda, num primeiro momento, o rendimento da produção, mas, depois, deixa a terra improdutivo.

Além disso, apresentavam grande satisfação com a realização da atividade artesanal, não só pelo ganho de uma pequena renda, mas também por estarem colaborando para a diminuição da quantidade de lixo sobre o Planeta, aprendendo a trabalhar em grupo e, principalmente, chamando maior atenção do segmento masculino, no contexto da participação na vida da comunidade assentada.

Os produtos artesanais permitiram às mulheres participarem de eventos que reforçavam a importância do engajamento na temática ambiental. A participação nas feiras ecológicas, no Recycle Show da FIERGS e no Fórum Social Mundial de 2002 apontou a importância do movimento ambientalista, além de que possibilitou o ingresso de uma pequena renda, tendo como consequência uma maior valoração do papel delas na comunidade, pois passaram a ser convidadas pelos companheiros para participarem das reuniões gerais.

Observou-se, ao longo do desenrolar da pesquisa, um aumento da participação dessas mulheres nas arenas públicas da vida comunitária. Isso se expressa no relato de uma delas: “(...) agora eu vou às reuniões e digo o que eu penso”.

Contrariando os fundamentos pregados pelos dirigentes do MST, na fase de acampamento, sobre a igualdade do trabalho do homem e da mulher, no Assentamento vigorava a discriminação, conforme as palavras da maioria das mulheres: “(...) mulher não manda, nem desmanda”. Com relação à divisão das tarefas domésticas entre os gêneros, dizem não existir; contam-nos que os companheiros falam que “(...) não é coisa de homem”. Constatamos que, na divisão do trabalho, prevaleciam os homens no cuidado com a lavoura e as mulheres no da horta e no doméstico. A propriedade, na maioria dos casos, ficava no nome do marido; e as mulheres e os filhos, como dependentes.

O trabalho remunerado executado pelas mulheres dos grupos foi o elemento propulsor da mudança de comportamento da comunidade frente à questão de gênero. Tanto os homens quanto as mulheres não participantes passaram a valorizar a ação dos grupos Mulheres da Terra e, por conseguinte, de suas integrantes. Contatamos uma maior inserção destas, bem como o reconhecimento da importância da sua participação nos rumos do Assentamento. Quando se disseminou a informação sobre os ganhos advindos do trabalho artesanal, houve uma procura por parte das demais mulheres para ingressarem nos grupos.

A experiência da pesquisa demonstrou a importância da questão financeira na busca da emancipação das mulheres. Esse fato, associado à sua maior participação na vida comunitária, possibilitou a essas assentadas desenvolverem uma perspectiva crítica sobre seu papel na comunidade e buscarem formas de mudança da situação.

Simultaneamente à tomada gradativa de consciência social, podemos observar o surgimento e, em alguns casos, o fortalecimento de uma preocupação com o meio ambiente. Isso se expressou nesse contexto pela compreensão por parte desses grupos de que suas ações repercutem em um âmbito maior, o ecossistema circundante.

Referências

- BRAIDOTTI, Rosi et al. **Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Instituto Piaget, 1994. 281p.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1999. 256p.
- DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos da propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 501p.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000. 217p.
- GUEVARA, Arnoldo J. de H. et al. **Conhecimento, cidadania e meio ambiente**. São Paulo: Peirópolis, 1998. 91p.
- GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 1999. 128p.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de Reforma Agrária**. São Paulo: MST, 1995. 28p. (Cadernos de Formação, n. 23).
- OLIVEIRA, Naia; CENTENO, Cristiano V. Desafios da construção de um plano de desenvolvimento sustentável participativo para assentamento em área de proteção ambiental: notas introdutórias de pesquisa. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 285-300, 2002.
- OLIVEIRA, Naia. Indicadores de sustentabilidade: experiência na comunidade de entorno do Refúgio de Vida Silvestre, Banhado dos Pachecos. Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 3, 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: (s. n.), 2002. p. 45-55.
- PEREZ, Lícia. Os desafios para o século XXI. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v.1, p. 51-53, 2001.
- SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre: EMATER-RS, v.1, n.1, jan./mar., p. 61-70, 2000.